



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

TRAJETÓRIAS EM INSTITUIÇÕES DE CONTROLO: PERSPETIVAS DE JOVENS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Ana Carolina Machado de Oliveira

Porto, outubro de 2019



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

TRAJETÓRIAS EM INSTITUIÇÕES DE CONTROLO: PERSPETIVAS DE JOVENS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

Ana Carolina Machado de Oliveira

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Doutora Raquel Matos
Professor Doutor Filipe Martins

Porto, outubro de 2019

Agradecimentos

À Professora Doutora Raquel Matos, por todo o apoio, pelo encorajamento e pelo incentivo, pela paciência, por despertar a minha curiosidade na investigação. Por acreditar em mim.

Ao Professor Doutor Filipe Martins, pelo incentivo, pela ajuda, por também fazer parte deste percurso tão importante.

Ao Projeto e à Equipa PROMISE, sem os quais esta dissertação não existiria, e por me ter concedido uma excelente experiência, permitindo-me estar presente na sua conferência em Manchester, bem como todos os bons momentos lá passados.

À Universidade Católica, especialmente à Faculdade de Psicologia e toda a equipa que a constitui. Agradeço a todos os professores pelo ensino proporcionado, por todos os momentos que permitiram o meu crescimento, quer formais, quer informais. Agradeço, ainda, pelas atividades organizadas, que proporcionaram oportunidades de socialização entre alunos e professores e todas as práticas que possibilitaram importantes aprendizagens.

À minha família, por todo o apoio e pela preocupação, pela paciência, especialmente nos momentos em que o stress acumula. Agradeço por tudo o que me fez ser quem sou e continuar a crescer.

Ao meu namorado, que sempre esteve presente, tanto para me distrair como para me ajudar e apoiar. Obrigada por nunca teres duvidado de mim, mesmo quando eu duvidava.

Aos meus amigos, que estiveram presentes no alívio do stress e momentos de descontração, tão importantes neste percurso.

Às minhas colegas: Luísa, Inês e Margarida, que tornaram esta fase do percurso académico mais fácil. Obrigada por todos os momentos que passamos juntas, pelo apoio e, claro, pelo desespero conjunto.

“Vivemos todos no mesmo mundo, mas em realidades à parte”

Santiago, 24 anos, participante - PROMISE

Resumo

Muitos jovens, em Portugal, entram em contacto com ambos os Sistemas de Proteção e de Justiça, passando por inúmeras instituições de controlo social ao longo da sua vida. Este estudo tem como objetivo aceder aos significados que os jovens constroem acerca das suas experiências nestas instituições. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas e os participantes recrutados através de projetos socioeducacionais destinados a jovens com percursos escolares malsucedidos e/ou conflituosos e através de equipas tutelares educativas.

A análise dos dados revelou que as instituições que proporcionaram aos jovens experiências positivas, suporte, aceitação, criação de relações, e um impacto positivo foram consideradas capazes de responder às suas necessidades. Este estudo também demonstrou que jovens que passaram por mais instituições mencionaram um maior impacto negativo, demonstrando que estas trajetórias podem ter resultados prejudiciais para o jovem. Estes resultados apontam no sentido de estas instituições deverem repensar as suas práticas, assegurando o suporte necessário, a construção de relações positivas, num clima de aceitação, onde são proporcionadas experiências positivas.

Palavras chave: Instituições de Controlo Social, Trajetórias de desvio, Trajetórias de risco, Conflito, Vozes dos jovens.

Abstract

Many young people in Portugal come into contact with both the Protection and Justice Systems, passing through numerous social control institutions throughout their lives. This study aims to access the meanings that young people build on their experiences in these institutions. The data was collected through semi-structured interviews and participants recruited through socio-educational projects aimed at young people with unsuccessful and/or conflicting school backgrounds and through educational tutoring teams.

Data analysis revealed that institutions that provided young people with positive experiences, support, acceptance, positive relationships and positive impact were found to be able to respond to their needs. This study also showed that young people who went through more institutions mentioned a greater negative impact, showing that these trajectories can have detrimental results for the youth. These results show that these institutions should implement changes in their current practices, guarantee the necessary support, build positive relationships where acceptance is made part and positive experiences are provided.

Keywords: Social Controlling Institutions, Deviance Trajectories, Risk Trajectories, Conflict, Young people's voices.

Índice

Introdução	1
Enquadramento teórico	2
Controlo Social, risco e desviância em trajetórias de jovens	2
Perspetivas de jovens sobre as suas experiências em instituições de controlo	3
Educação de Segunda Oportunidade.....	3
Casas de Acolhimento.....	4
Polícia	5
Tribunal	6
Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos	7
Método.....	7
Participantes	8
Instrumentos	9
Procedimentos de recolha e análise de dados.....	9
Resultados e discussão	10
Significados atribuídos à passagem dos jovens pelas instituições	11
Análise dos significados dos jovens por instituição	16
Análise dos significados dos jovens em função da complexidade das suas trajetórias	20
Conclusões.....	22
Referências	25
Anexos	29

Introdução

O presente estudo insere-se no âmbito do Projeto PROMISE - *Promover o envolvimento e o compromisso social dos jovens: oportunidades e desafios para os jovens em conflito na Europa*¹, que tem como principal objetivo perceber de que forma é que as respostas dos jovens, face a problemas, criam conflito ou constituem oportunidades para um compromisso social positivo. No âmbito do Projeto PROMISE, em Portugal, foram realizados dois estudos de caso etnográficos: um com jovens com percursos de risco psicossocial e/ou comportamento desviante e um segundo com jovens ativistas em questões de género. A presente dissertação tem por base o primeiro estudo de caso e tem como objetivo aceder aos significados construídos com percursos de risco e comportamento desviante acerca da sua passagem por instituições de controlo social.

Frequentemente, os percursos de vida de jovens que passam por instituições como a Polícia ou o Tribunal incluem circunstâncias quer de risco e proteção, quer de desviância e punição que, muitas vezes, se encontram presentes num mesmo percurso de vida (Kerig & Becker, 2015; Kolivoski, Shook, Kim, & Goodkind, 2017; Malvaso, Delfabbro, & Day, 2017; Ryan & Testa, 2005).

O conceito de risco pode ser definido como a probabilidade de acontecimentos indesejados poderem impactar na saúde, na qualidade de vida ou na própria vida do indivíduo, por consequência de eventos naturais ou ações humanas (Jessor, 1991; Renn, 1998). O risco apresenta um perigo potencial, calculado em função de possibilidades futuras (Carvalho, 2013; Giddens, 2000). Se o resultado de uma dada ação for garantido, passamo-nos a referir ao conceito de perigo. Este último, quando associado a crianças e jovens, inclui a ação ou omissão dos pais ou representantes legais sobre os mesmos (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP] n.º 142/2015 de 8 de setembro).

A desviância consiste num estado ou conduta que transgride as normas sociais estabelecidas, sendo, por isso, suscetível a reprovação e exclusão (Cusson, 2011). Este é um termo que abrange, não só o comportamento criminoso que se traduz em atos que violam a lei de um país, como o conflito entre o jovem e instituições. É no seguimento do contacto de um jovem com o Sistema de Justiça Juvenil que este se rotula de “delinquente”, sendo caracterizado pela inclusão num grupo definido pela oposição à autoridade (Bartol & Bartol, 2014; Emler e Reicher, 2005).

¹ Projeto financiado pela Comissão Europeia através do programa Horizonte 2020 (<http://www.fep.porto.ucp.pt/en/project-promise>)

No contexto nacional, para ambos risco e desviância, existem respostas formais, por parte do Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens e do Sistema de Justiça Juvenil. Assim, a crianças e jovens em risco ou perigo que residam em Portugal, são aplicadas medidas de proteção com o objetivo de proteger e promover os seus direitos (LPCJP n.º 142/2015 de 8 de setembro). A jovens menores de 16 anos que cometam um ato qualificado como crime, são aplicadas medidas Tutelares Educativas, com objetivo de educar o jovem para o direito e de o inserir na sociedade, de forma responsável e adequada, transmitindo-lhe valores fundamentais que foram violados (Lei Tutelar Educativa n.º 4/2015, de 15 de janeiro).

A evidência existente de trajetórias marcadas por ambos os contactos com o Sistema de Proteção de Crianças e Jovens e o Sistema de Justiça Juvenil (Smith & Thornberry, 1995; Stewart, Dennison & Waterson, 2002), nomeadamente em contexto português (Cunha, Soares, Veríssimo, & Matos, 2015), e a escassez de estudos, sobretudo nacionais, que analisam o contacto dos jovens com as instituições acima referidas, do ponto de vista dos mesmos, torna essencial a exploração deste tema.

No Projeto PROMISE, questiona-se em que medida é que instituições como por exemplo o Tribunal ou a Polícia cumprem o seu propósito de controlo ou contenção de desvio ou são, elas próprias, geradoras de conflito. É objetivo desta dissertação fazer essa exploração, através da análise das narrativas dos jovens, de forma a compreender as suas experiências pelas instituições por que passaram.

Enquadramento teórico

Controlo Social, risco e desviância em trajetórias de jovens

O controlo social é definido por Cusson (2011) como o “conjunto de meios implementados pelos membros de uma sociedade com o objetivo específico de conter ou reduzir o número e a gravidade dos delitos” (p.195). Este controlo está subjacente a todas as instituições constituintes de uma sociedade, que se autorregula, mobilizando esforços para gerir e conter os seus membros integrantes. É deste modo que as comunidades tentam diminuir ou conter os conflitos e manter a ordem, através da implementação de regras e normas e da obediência à autoridade. Algumas destas instituições possuem um carácter remediativo, entrando em ação após o conflito do jovem com uma dada instituição ou com a sociedade. São estas mesmas instituições que se constituem como foco nesta dissertação.

A passagem por estas instituições inclui, por norma, o contacto com os Sistemas de Proteção de Crianças e Jovens e/ou Justiça, que surgem aquando da necessidade de proteger e/ou corrigir e educar um jovem que apresente uma trajetória de risco e/ou de desviância. Segundo as últimas estatísticas disponíveis, foram comunicadas em Portugal, no ano de 2018, 39 053 situações de perigo à Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ, 2019) e foram iniciados, no ano de 2017, 7 023 inquéritos Tutelares Educativos, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (Sistema de Segurança Interna, 2018). Desta forma, muitos jovens portugueses passaram por uma série de contactos com instituições, ao longo do seu percurso de vida.

A relação entre a aplicação de medidas de proteção a jovens, nomeadamente por negligência e maus tratos infantis, e comportamento desviante futuro está amplamente descrita na literatura internacional (Doyle, 2007; Farrington, 2010; Schofield, Larsson, & Ward, 2017). Estudos nacionais e internacionais têm evidenciado que jovens que contactam com o Sistema de Justiça apresentam trajetórias anteriores de contacto com o Sistema de Proteção, realidade essa presente na amostra deste estudo (Cunha et al., 2015; Malvaso et al., 2017; Ryan & Testa, 2005; Smith & Thornberry, 1995; Stewart, Dennison & Waterson, 2002).

No contexto português, um jovem que seja abrangido pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e/ou pela Lei Tutelar Educativa, contacta, geralmente, com uma série de instituições que têm como finalidade conter o conflito de diversas formas distintas, durante a sua vida. Será descrito, em seguida, o que a literatura evidencia sobre a perspetiva dos jovens acerca das suas experiências em instituições de Educação de Segunda Oportunidade, na Polícia, em Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, no Tribunal e em instituições de Acolhimento Residencial.

Perspetivas de jovens sobre as suas experiências em instituições de controlo

Educação de Segunda Oportunidade

O ingresso de jovens com trajetórias educacionais disruptivas e abandono escolar numa instituição ou projeto de educação de segunda oportunidade pode ser referenciada ou obrigatória por parte de instituições de Proteção de Jovens ou de Justiça Juvenil, ou pode resultar de uma escolha. Nestes contextos, os jovens têm uma oportunidade numa estrutura organizada, assente na relação interindividual e em abordagens centradas no aluno (Wyn, Stokes, & Tyler, 2004). Em Portugal, este modelo foi reconhecido formalmente apenas em

agosto de 2019², embora existissem alguns projetos de educação de segunda oportunidade há vários anos.

As Instituições de Educação de Segunda Oportunidade são caracterizadas como flexíveis e adaptadas às necessidades dos jovens. É consensual na literatura que, nestas instituições, os professores demonstram maior interesse e investem mais do seu tempo nos alunos, comparativamente ao que está, geralmente, implícito em experiências na escola regular (Tarabini, Jacovkis & Montes, 2017; Te Riele, 2000; Wyn, et al., 2004). Os estudos indicam que os jovens se sentem mais confortáveis neste tipo de educação, pelo facto de não sentirem pressão sobre si mesmos, terem mais autonomia, terem a liberdade de conversar com os professores acerca da sua experiência de ensino e vida pessoal, ser-lhes permitida a participação de forma individualizada e ao ritmo de cada aluno. No geral, os jovens sentem-se tratados como adultos, e consideram que o tempo de ensino é mais adequado às suas vidas, permitindo maior equilíbrio entre o estudo, emprego e interesses pessoais. Adicionalmente, é valorizada a qualidade das relações com os professores, coordenadores e colegas, sendo consideradas como importante fonte de apoio, proporcionando sentimentos de inclusão aos jovens (Matos et al., 2018; Tarabini, Jacovkis & Montes, 2017; Te Riele, 2000; Wyn, et al., 2004). Na literatura referente a estas instituições de ensino, constata-se que estas são capazes de criar um ambiente de interajuda, de suporte e cooperação e as suas capacidades são reconhecidas, tornando mais fácil a aprendizagem, bem como o alcance de objetivos. No estudo conduzido por Te Riele (2000), os participantes afirmam sentirem-se compreendidos, ouvidos, respeitados, não sendo julgados pelo seu passado, tornando esta experiência significativa e antagónica à da escola regular.

Casas de Acolhimento

Segundo Schofield e colegas (2017), a experiência de residir numa Casa de Acolhimento é caracterizada pela ambivalência, sendo quer pautada tanto por tristeza, saudade de casa e estranheza, quer por relações positivas com o *staff* (Berridge, Biehal, & Henry, 2012; Kendrick, 2013; Madigan, Quayle, Cossar, & Paton, 2013; Schofield et al., 2017). Os funcionários são muitas vezes descritos pelos jovens como “família”, sendo percecionados enquanto base segura, capaz de fornecer suporte futuro (Schofield et al., 2017). Os estudos mostram que, apesar de as perceções dos jovens acerca do dia a dia em acolhimento residencial variarem, quase todos conseguem mencionar um membro do *staff* ao qual se sentem

² Despacho n.º 6954/2019.

particularmente chegados e que podem abordar quando enfrentam um problema ou uma necessidade de ajuda prática ou emocional. No entanto, é de mencionar que no estudo de Berridge e colegas (2012), quando lhes foi perguntado, os jovens não foram capazes de referir “o melhor aspeto” de viver numa instituição de acolhimento.

De acordo com Berridge e colegas (2012), entre os aspetos mais valorizados pelos jovens encontram-se a sensibilidade e capacidade de escuta por parte dos funcionários e a partilha de piadas. Foram, ainda, valorizados comportamentos do *staff*, como permanecerem com os jovens apesar do seu mau comportamento e apoiarem-nos, ajudando-os a modificar o seu comportamento (Schofield et al., 2017).

Polícia

De acordo com McAlister e Carr (2014), os encontros com a Polícia são frequentes no quotidiano de muitos jovens e percecionados por eles, maioritariamente, como encontros marcados por adversidade e tensão. Apesar das perceções relativas aos agentes policiais estarem dependentes do contexto e local em que o encontro acontece (e.g., esquadra, rua), o sentido de justiça das autoridades, percebido pelos jovens, está relacionado com o modo como estes são abordados e tratados (Norman, 2009; Saarikkomäki, 2015). O estudo de Saarikkomäki (2015) revela que as dimensões consideradas importantes pelos jovens, para que estes encontros sejam percecionados de forma positiva incluem a previsibilidade e antecipação dos mesmos, a serenidade e tranquilidade durante o contacto, a ausência de agressividade e a capacidade de controlo das emoções por parte dos agentes de autoridade.

No estudo conduzido por McAlister e Carr (2014), muitos jovens consideram a abordagem da Polícia excessiva e discriminizadora e que os agentes mantêm estereótipos acerca deles. Alguns participantes deste mesmo estudo afirmaram sentir-se rotulados enquanto “delinquentes”, principalmente por causa da sua idade e aparência e reportaram situações de intimidação, ameaças e violência. Foram também descritos, na literatura, contactos em que surgiram ambos desrespeito e sentimentos de constrangimento, pelo facto de estarem em público e percecionarem abuso de poder pelos agentes. No entanto, mesmo jovens que já experienciaram um contacto passado percebido como negativo com a polícia, consideram possível sentir respeito por agentes que se mostram atentos aos mesmos e seus problemas, dispostos a ouvir as suas preocupações e lhes oferecerem o suporte necessário (Norman, 2009).

Tribunal

Relativamente às experiências de passagem pelo Tribunal, o relatório de pesquisa da Nova Zelândia (Ministry of Justice, 2011), mostra que, no geral, os jovens não possuíam informação prévia, nem sabiam o que esperar do Tribunal em si, gerando sentimentos de medo e ansiedade. O próprio ambiente da instituição e os tempos de espera aumentam estes sentimentos e criam frustração. No entanto, uma vez em Tribunal, os jovens relataram ter conhecimento acerca do que se sucedia, apesar de serem percecionadas algumas conversas “paralelas” entre os profissionais durante as audiências, fazendo excluir o jovem. O mesmo relatório revelou ainda que a presença da família em tribunal foi identificada pelos jovens como fornecedor de um importante sentimento de suporte, facilitando a experiência.

É importante fazer a distinção entre os estudos que analisaram a experiência dos jovens que entram em contacto com o Tribunal no âmbito do Sistema de Justiça Juvenil e do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens, por se tratarem de experiências com os tribunais substancialmente diferentes.

Estudos internacionais têm evidenciado que os jovens ofensores percecionam a presença em Tribunal como pouco estigmatizadora, o momento de audiência é percecionado como relativamente justo e poucos foram os jovens que consideraram a sua sentença severa (McGrath, 2009; Peterson-Badali, Ruck, & Koegl, 2001). A maioria afirmou que a resposta do Tribunal foi adequada, considerando os atos cometidos. Sprott e Greene (2010) concluíram que mais de metade dos jovens encontraram-se satisfeitos com o resultado geral do seu caso. Porém, o modo como os jovens perspetivam o Juiz, o Procurador e o Sistema de Justiça em si, tende a diminuir com o tempo e com o número de experiências semelhantes vivenciadas.

Já a percepção de jovens que contactam com o Tribunal ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, com o objetivo de ser decidida a sua residência futura, é algo díspar. Nestes casos, o contacto é pautado por elevados graus de incerteza e determinará a futura residência do jovem, possíveis transferências entre instituições, momentos posteriores em que terá contacto com a família e quando, ou se, sairão do Sistema. Estes jovens reportam que a sua voz é ignorada em Tribunal e que são excluídos durante o processo (Krinsky & Rodriguez, 2005), provocando sentimentos de incerteza. Jovens que entram em contacto com o Tribunal, abrangidos pela Lei de Proteção de Jovens revelam sentir-se afastados em relação ao seu processo, e são frequentes sentimentos de confusão, frustração e impotência pelo facto de as decisões acerca da sua vida serem tomadas por eles (Schofield, Larsson, & Ward, 2017).

*Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos*³

A passagem por Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos é percebida, de modo geral, de forma diferente da relação com a Polícia. Nestas instituições, os estudos revelam que os jovens têm uma relação com os técnicos mais positiva (Marsh & Evans, 2009; Matos & Machado, 2007), apesar da compreensão desta experiência poder modificar-se consoante o tipo de regime e instituição (Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 2010).

No contexto português, um estudo com jovens reclusas vai ao encontro da mesma conclusão (Matos & Machado, 2007). De forma geral, a entrada para um estabelecimento prisional é percebida como uma viragem positiva pelas jovens, por estar associada a uma quebra de experiências negativas nas suas vidas, e ser um contexto onde o crescimento pessoal se torna possível. Também existem significados e percepções negativos associadas à entrada neste contexto, nomeadamente a privação da liberdade. Relativamente à relação que têm com as guardas prisionais e *staff*, as jovens reclusas consideram-na positiva e com possibilidade de suporte. No entanto, esta percepção parece estar muito associada à interrupção de experiências negativas, e surge apenas aquando da reflexão acerca das novas relações dentro da prisão.

Relativamente aos Centros Educativos, o Boletim de Justiça Juvenil do Gabinete de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência nos Estados Unidos (2010) revela que a maioria dos jovens detidos conhece ou sabe onde encontrar um membro do *staff* com quem pode obter suporte emocional quando necessário. Ainda que a percepção das relações estabelecidas entre os jovens e os funcionários varie, a experiência é caracterizada, no geral, pela confiança e afeto positivo. No entanto, relativamente a percepções de justiça dentro das instituições, muitos jovens afirmam não existir equidade e justiça (Marsh & Evans, 2009; Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 2010).

A evidência de que, no contexto nacional, muitos jovens passam por diferentes instituições ao longo da sua vida, tanto ao abrigo da Lei de Proteção como da Lei Tutelar Educativa, reforça a importância de conhecer a forma como esses jovens percebem a sua passagem por estas mesmas instituições. Esse é o objetivo do estudo que a seguir apresentamos.

Método

O presente estudo pretende aceder aos significados construídos por jovens com percursos de risco e/ou desviância sobre as suas experiências de contacto com diferentes

³ Centro Educativo é a designação prevista na Lei Tutelar Educativa para os contextos onde jovens cumprem medida de internamento ao abrigo desta Lei. Noutros países, as designações são diferentes.

instituições de controlo, a partir dos seus próprios discursos. Para além dos significados atribuídos pelos jovens a cada instituição especificamente, pretendemos compreender se esses significados variam em função da complexidade das trajetórias e da passagem por mais ou menos instituições ao longo da vida dos jovens.

Tendo por objetivo conhecer os significados e perceções de jovens, adotámos uma abordagem qualitativa indutiva. Esta abordagem permite aceder a compreensões profundas do mundo social, através da exploração de experiências, perspetivas e narrativas dos indivíduos (Richie & Lewis, 2003). A subjetividade e as vivências do indivíduo são de elevada importância para o paradigma qualitativo. Este racional vai ao encontro dos objetivos do presente estudo e, apenas através dele, as análises previstas foram possíveis.

Participantes

Para responder aos objetivos definidos, foi constituída uma amostra de jovens que apresentam percursos de conflito com instituições sociais de controlo, resultando em comportamentos delinquentes e/ou abandono escolar. Na sua maioria, estes jovens foram ou são objeto de intervenção do estado no Sistema de Justiça Juvenil ou do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens (ou de ambos).

Sendo este estudo realizado no âmbito do Projeto PROMISE, a amostra partiu dos participantes que originalmente integraram o estudo de caso etnográfico realizado em Portugal pela equipa do Projeto, recrutados através de projetos socioeducacionais destinados a jovens com percursos escolares malsucedidos e/ou conflituosos e de Equipas de Justiça Juvenil (Matos et al., 2018).

Desta amostra, excluímos os jovens que, na entrevista, referiram a passagem apenas por uma Instituição de Segunda Oportunidade, por forma a garantir que todos os participantes tinham, na sua trajetória, pelo menos uma medida ao abrigo de uma das duas leis de interesse para o estudo (LPCJP; LTE)⁴.

Assim, a amostra é então constituída por 19 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, sendo que seis são do sexo feminino e 13 do sexo masculino. Destes jovens, nove (uma do sexo feminino e oito do sexo masculino) apresentam abandono escolar, 13 jovens (quatro do sexo feminino e nove do sexo masculino) têm ou tiveram, em algum momento da sua vida, uma medida de justiça juvenil e 11 (quatro do sexo feminino e sete do sexo masculino) têm ou tiveram uma medida de proteção.

⁴ Ver Enquadramento Teórico sobre o ingresso de jovens em instituições de educação de segunda oportunidade.

A nossa amostra inclui oito jovens que apresentam trajetórias que envolvem a passagem por uma, duas ou três instituições e 11 jovens que passaram por um maior número de instituições. Estes jovens passaram, por quatro, cinco ou seis instituições ao longo do seu percurso de vida, realidade coincidente com a identificada por Cunha e colegas (2015). Em anexo, apresentamos duas tabelas que ilustram estas trajetórias (ver Anexo 1).

Instrumentos

Os dados foram recolhidos através do guião de entrevista do Projeto PROMISE, adaptado pela equipa portuguesa para o nosso contexto. O guião inclui as seguintes secções: “representações dos jovens sobre os grandes temas do Projeto: ‘juventude’ e ‘conflito’”; “identificação e caracterização de áreas de conflito do jovem”; a “exploração do envolvimento do jovem na instituição”; “exploração de respostas gerais da juventude a situações de conflito e o seu papel na sociedade”; e “benefício e visibilidade de respostas como a instituição”.

Apesar de o guião utilizado não ter sido direccionado para a recolha de informação específica acerca da passagem dos jovens por instituições de controlo, ao longo das entrevistas os jovens apresentaram diversas narrativas sobre as suas trajetórias de risco e de comportamento desviante, assim como sobre a sua passagem por instituições. Efetivamente, os jovens foram referindo livremente o seu contacto com as instituições a partir das questões colocadas decorrentes dos temas do guião, destacando as que possivelmente foram mais relevantes ou tiveram mais impacto para os mesmos. Neste sentido, algumas instituições podem não ter surgido nos discursos dos jovens, uma vez que estes podem ter apenas referido as que consideraram relacionadas com os tópicos em discussão durante a entrevista.

Procedimentos de recolha e análise de dados

Os dados analisados neste estudo foram recolhidos através da realização de entrevistas a jovens, enquadradas numa estratégia mais ampla de recolha de dados de um dos estudos etnográficos realizados pela equipa portuguesa do Projeto PROMISE. No âmbito desse estudo etnográfico, os investigadores permaneceram no terreno durante um ano. As entrevistas foram realizadas individualmente, em local da conveniência dos jovens, e gravadas em áudio com a sua autorização.

Foram garantidos os procedimentos éticos, assegurados pelo Projeto PROMISE como o consentimento informado e o anonimato das entrevistas aos participantes.

As entrevistas foram transcritas de modo integral e os dados analisados segundo

princípios da *Grounded Analysis*, em que são utilizados o conhecimento e a sensibilidade adquiridos no primeiro contacto que tivemos com os dados, descrevendo o problema em estudo, o modo como as metodologias foram utilizadas e como os dados foram recolhidos (Fernandes & Maia, 2001). A característica flexível inerente a este tipo de análise garante a densidade teórica e assim se torna possível compreender o melhor possível o fenómeno em estudo.

Para o tratamento e análise dos dados das entrevistas, foi utilizado o *software* NVivo 11. A análise iniciou-se com a leitura flutuante das entrevistas, no sentido de nos apropriarmos das experiências e significados dados pelos participantes e, posteriormente, foram recortadas as unidades de registo, criando códigos a partir das narrativas, mantendo a proximidade discursiva das mesmas. Posteriormente, foram organizadas as unidades de registo e criadas subcategorias de forma a gerar categorias de nível superior. Da análise dos discursos dos jovens emergiram, assim, seis categorias de nível dois (Perceção global da experiência nas instituições, Sentimentos associados às instituições, Suporte por parte das instituições, Ausência de suporte por parte das instituições, Conflitos com as instituições e Impacto da passagem pelas instituições) e 32 categorias de nível um, distribuídas em números diferentes pelas grandes categorias (Anexo 2).

É de referir que, nesta dissertação, entendemos por “instituição”, não apenas instituições formais de controlo, mas quaisquer instituições ou profissionais que tenham como objetivo proteger e/ou educar jovens com trajetórias de risco e/ou desviantes e não apenas implementar formas de controlo sobre os mesmos. Ainda, em cada instituição, são considerados todos os técnicos que nela trabalham (e.g., a categoria Tribunal inclui juizes, advogados, etc.). As trajetórias dos jovens incluem a passagem por instituições, o contacto com profissionais, ou a referência a instituições conhecidas pelo jovem, sem este ter tido, necessariamente, contacto.

Resultados e discussão

Apresentamos, em seguida, os resultados relativos aos significados que os jovens atribuíram às suas experiências nas instituições por onde referiram ter passado ao longo das suas trajetórias de vida.

Iniciaremos com a apresentação das categorias e subcategorias relativas aos significados construídos pelos jovens genericamente acerca das instituições, para posteriormente apresentarmos os significados construídos para cada instituição. Por fim, serão apresentados e discutidos estes significados considerando a maior ou menor complexidade das trajetórias dos jovens (i.e., referência à passagem por mais ou menos instituições).

A apresentação das categorias é ilustrada com excertos das entrevistas, sendo indicado, para cada excerto, o pseudónimo do/a jovem, a sua idade no momento da entrevista, assim como a instituição a que se refere.

Significados atribuídos à passagem dos jovens pelas instituições

Nos seus discursos, os jovens mencionaram vários aspetos das experiências nas instituições por que passaram. Abaixo, referimos os principais significados que as suas narrativas transmitiram, apresentando as categorias que surgiram.

Perceção global da experiência nas instituições

Os jovens relataram a sua perceção global da experiência nas instituições, referindo-se, maioritariamente, a instituições que implicam contactos prolongados. A maioria dos jovens mencionaram ter tido experiências positivas, no geral, relativas às instituições por que passaram. Especificamente, 13 jovens referiram o ambiente das instituições, muitos comparando-as a uma casa, com um ambiente agradável “*É diferente aqui, não sei. Aqui sinto como se fosse uma casa, como se fosse um aconchego que não tinha nas outras escolas*” (Júlia, 18, Escola de Segunda Oportunidade⁵), e como sendo locais nos quais gostam de estar “*Tá a ser fixe. Gosto de ‘tar aqui*” (Hélder, 16, Casas de Acolhimento). Uma vez que as vivências numa mesma instituição não têm de ser constantemente positivas, cinco jovens reportaram, igualmente, experiências negativas. Nomeadamente, foram referidas instituições a que os jovens tinham associado experiências positivas (H: *Nunca aprendi a ouvir um não. Agora que estou aqui já ouvi muitas vezes. I: E como é que tá a ser essa experiência de ouvir mais não? H: Num gosto, mas tem que ser* - Hélder, 16, Casas de Acolhimento). Por último, quatro jovens referiram uma indiferença face às instituições “*o tribunal falava... mas eu não ligava muito*” (Francisco, 17, Tribunal), e no que diz respeito às medidas que lhes foram atribuídas “*Tou a mudar, ‘tou a mudar aquilo que tenho, eu tenho que mudar o que o juiz propôs*” (Hélder, 16), que acarretam, para o jovem, uma obrigação.

Sentimentos associados às instituições

No que diz respeito aos sentimentos, 10 jovens referiram sentir-se bem (“*I: Andaste em psicólogos? T: eu não gostava muito de ir ao início, mas depois sentia-me bem*” - Telma, 19) e três jovens chegaram mesmo a mencionar um sentimento de amor e carinho:

⁵As instituições mencionadas após as citações dizem respeito à instituição à qual o jovem se refere. Tal não significa que este apenas tenha tido contacto com a instituição referida na citação.

“É família, acho que se calhar sentes até aquele mimo da professora, que não sentes numa escola normal, tás a ver, tipo, é diferente. Aquele mimo que não tens em casa, se calhar em casa tens a mãe e o pai à porrada, chegas aqui, vais levar aquele carinho que não recebeste em casa da tua mãe, tás a ver” (Marco, 24, Escola de Segunda Oportunidade).

Três jovens afirmaram sentir saudades de casa/família, mencionando, nomeadamente, a dificuldade em estar longe dos irmãos “*A questão, a questão de estar separada do meu irmão sempre me custou muito*” (Helena, 16, Casa de Acolhimento). Três jovens referiram sentimentos de injustiça (“*eu acho que quando levei a pena, oh pá, tudo bem que foi suspensa, mas, acho que foi muito exagerado*”, Marco, 24, Tribunal) e dois jovens referiram sentir raiva e repulsa “*Já tive pelo menos 2 ou 3, que eu não posso as ver nem pintadas de ouro. Infernizaram-me um bocadinho a vida*” (Júlia, 18, Assistente Social). Por último, dois jovens referiram sentir medo e ansiedade (“*Eu andava a tomar... Um tempo antes do julgamento eu andei mesmo mal, eu vomitava, acordava a meio da noite, porque eu estava mesmo com medo do julgamento. Dava-me para chorar assim do nada...*” - Francisco, 17, Tribunal).

Suporte por parte das instituições

A maioria dos jovens referiu ter recebido suporte nas instituições que afirmou ter passado. De entre as diversas formas de suporte referidas, 15 jovens mencionaram as relações positivas com os profissionais que foram sendo estabelecidas nas instituições, dando grande importância às mesmas. De entre elas, foram descritas relações positivas e de afeto “*acho que todos gostam de mim, não é? E eu gosto deles também. Temos uma relação bastante boa*” (Andreia, 17, Escola de Segunda Oportunidade), e algumas destas relações foram descritas contendo um carácter familiar “*eu sempre considerei o meu antigo colégio como minha família*” (Helena, 16, Casa de Acolhimento). Estes profissionais foram caracterizados pelos jovens com atributos positivos “*Esta assistente foi sempre simpática comigo, sempre com a minha mãe*” (Francisco, 17, Equipa Tutelar Educativa). Para além das relações estabelecidas com os profissionais da instituição, também as relações positivas com os colegas sobressaíram das narrativas de 13 jovens (“*(...) conheci bué de pessoas lá.*”, Hugo, 19, Casa de Acolhimento), e a formação de amizades foi referida como um importante ganho “*Conheci aqui, sim. Conheci aqui. Fiz uma amizade muito grande com ele. (...) temos uma grande amizade*” (Edgar, 21, Escola de Segunda Oportunidade). Nos seus discursos, 16 jovens mencionaram receber ajuda por parte dos profissionais (“*Ajudou-me [advogada] muito. Estava sempre a procurar coisas boas para falar de mim. Eu tive sorte.*” - Francisco, 17, Tribunal), 10 referindo ainda que estes [profissionais] conversam com os jovens, sobretudo quando têm problemas (“*Tive um relacionamento que*

também correu muito mal, trouxe-me vários problemas... O [técnico tutelar educativo] sabe...”, Xavier, 16). Sete jovens ainda mencionaram os conselhos por parte dos profissionais “Principalmente a stora Elisa ela é ela é a mãe que nunca tive, ela sabe-me aconselhar” (Andreia, 17, Escola Segunda Oportunidade), que consideraram essenciais para as suas vidas. Sete jovens sentiram que existia uma preocupação por parte dos profissionais relativamente a eles (“Esta assistente foi sempre simpática comigo, sempre com a minha mãe. Preocupa-se também.” - Francisco, 17, Equipa Tutelar Educativa), e que os aceitavam (“Nunca pensei ser aceitado tão fácil pelas pessoas, sem sequer ser julgado primeiro” – Lourenço, 14, Escola de Segunda Oportunidade) e cinco sentiram que os compreendiam (“Sim porque é assim eles são professores antes de serem professores são nossos amigos metem-se na nossa pele” - Andreia, 17, Escola Segunda Oportunidade). Por fim, foi identificada, por 14 jovens, uma perceção de profissionalismo referente aos técnicos, relativamente ao bom trabalho executado pelos mesmos.

“Eles [professores] não te massacram com aquela matéria chata ali pum pum pum... arranjam forma de entenderes as coisas e tal... com jogos e sem ser com jogos, com o livros e com leituras e poemas e etc. É bastante bom as coisas” (Edgar, 21, Escola de Segunda Oportunidade).

Ausência de suporte por parte das instituições

A ausência de suporte contém três ideias principais retiradas dos discursos dos jovens: a incompreensão por parte dos profissionais, a ausência de ajuda e impacto e a falta de confiança na instituição. Quatro jovens referiram incompreensão por parte dos profissionais (“mas há polícias que não sabem perceber o nosso lado, porque não estão na nossa pele”, Sérgio, 18, Polícia), particularmente relativamente à decisão dos mesmos (“Vai para tribunal e tipo metem no colégio. Não ‘tão a pensar que têm família. Porque se fizessem o filho dele eu acho que também... pensavam de outra forma”, Manuel, 18, Tribunal). Relativamente à ausência de ajuda e impacto por parte dos profissionais, três jovens mencionaram ter necessitado de ajuda e não a ter recebido, ou esta não ter tido o impacto desejado, por exemplo, quando o trabalho dos técnicos não lhes beneficiou da forma que necessitavam (“Tive psicólogo e isso, mas num. Essas coisas acho que não ajudaram em nada”, Edgar, 21, Psicólogo). Por fim, dois jovens referiram a sua falta de confiança na instituição “eu não gostava muito de ir ao início, mas depois sentia-me bem. Ao início não confiava assim muito” (Telma, 19, Psicólogo).

Conflitos com as instituições

Foram mencionados conflitos com as instituições pela maioria dos jovens, nomeadamente descrições genéricas de conflitos com profissionais, por três jovens (*“A: já tive metida em muitas confusões eu era cada uma porra! I: Mas quê com colegas ãh... A: Com colegas com polícia com tudo”* (Andreia, 17, Polícia), conflitos com colegas, por cinco jovens, variando entre conflitos complexos

“Foi a pior coisa do mundo nunca mais vou voltar a fazer e agora andam-me a meter em problemas porque num sei como, mas toda a gente da escola soube e gente daqui criou um instagram falso a falar de mim insultar-me a mim a meter o [nome de colega] no meio percebe?” (Andreia, 17),

e conflitos mais simples (*“Alguns ou outros que mandaram assim umas pequenas piadas e umas pequenas bocas, mas eu não ligo que eu compreendo a idade deles, que eu também já passei pela mesma idade. Mas pronto. - Lourenço, 24*). Os desentendimentos com profissionais/instituições surgiram nas narrativas de seis jovens, enquanto pequenas discordâncias com os profissionais (*“Tive uma vez uma discussão, mas está-se bem, está-se tranquilo”*, Hugo, 19, Escola de Segunda Oportunidade) e discussões mais sérias (*“eu às vezes irrito-me mesmo com os educadores”*, Helena, 16, Casas de Acolhimento). Três jovens caracterizaram os profissionais com atributos negativos que sugerem conflitos entre estes (*“Porque antes de ser ela eu falava com uma senhora de óculos que eu não sei o nome e ela era muito arrogante”* - Hélder, 16, Equipa Tutelar Educativa). Foi mencionado o desrespeito por parte dos profissionais/instituições por quatro jovens, nomeadamente devido a insultos e ameaças (*“já fui ameaçada por um polícia no [nome de centro comercial] em frente a toda a gente”*, Andreia, 17, Polícia) e a falta de consideração sentida pelos jovens (*“não me falaram tanto, queriam mais, estavam, estavam mais interessados em que eu dissesse fui eu ou quem foi”*, Marco, 24, Tribunal). A discriminação por parte dos profissionais/instituições foi referida por quatro jovens (*“I: Eu sei que muitos de vocês são discriminados nas escolas, nas ruas... S: Pelas polícias”*, Sérgio, 18, Polícia), e apesar de escassos na nossa amostra, são de mencionar episódios de violência por parte dos profissionais/instituições *“já me bateram em plena rua e passou uma senhora, uma cota e viu que o polícia estava-me a bater”* (Francisco, 17, Polícia).

Impacto da passagem pelas instituições

Passar por instituições ou ter tido contacto com as mesmas teve diversos tipos de impactos nos jovens. O impacto da passagem ou contacto com as instituições foi dividido em impacto positivo e impacto negativo, para uma melhor compreensão.

19 jovens referiram um impacto positivo da passagem/contacto com as instituições. Os jovens consideraram importante a obtenção de objetivos e perspetivas de futuro que a passagem por algumas instituições lhes proporcionou, nomeadamente o desejo de arranjar um emprego e continuar a estudar (*“Ãh que eu agora quero acabar o 9º ano e, e a ir para um curso de auxiliar de ação educativa”*, Helena, 16, Escola de Segunda Oportunidade). Os jovens referiram uma série de mudanças que verificaram em si mesmos após o contacto com as instituições, como uma mudança na forma de pensar, considerando terem crescido e amadurecido (*“eu vim para aqui e comecei a pensar as coisas de maneira diferentes, cresci mais”*, Helena, 16, Casa de Acolhimento) e que o tempo em que lá permaneceram lhes ‘abriu os olhos’ (*“pessoal mais velho lá está que tinha mais experiência fez-me abrir muito os olhos”* - Martim, 20, Centro de Reabilitação). Os jovens também se aperceberam de uma mudança comportamental, sendo que consideraram estar mais responsáveis e com um melhor comportamento

“Eu sinto que estou mais responsável. (...) Quando vou, já fui algumas vezes, mas agora só num saio por causa do comportamento. Sair com os mais velhos ao fim de semana, eu antes quando saía fazia asneiras pelo caminho ou começava a atirar pedras, trepava carros, partia vidros de carros, agora não” (Hélder, 16, Casa de Acolhimento),

menos preguiçosos e serem melhores alunos (*“Estou, já não me vejo assim numa pessoa... em termos de escola, não estou preguiçoso, já sou melhor aluno, já não é o que era”* - Sílvio, 16, Equipa Tutelar Educativa). Os jovens também identificaram uma mudança na forma como se veem (*“Agora vejo-me como uma pessoa diferente”*, Xavier, 16, Tribunal), sendo que alguns afirmaram sentirem-se mais capazes (*“Alguma mudança? Confiança. Acho que sou capaz”* - Lourenço, 24, Escola de Segunda Oportunidade) e mencionaram algumas aprendizagens que aconteceram na instituição *“Consumos a num a num ir às aulas ãh maus comportamentos tanto na rua como dentro da escola, algumas queixas que eu tive, porradas essas coisas e foi um bocado por aí que me levaram a ir pa essa casa, onde aprendi muito, onde me tornou um homem aquela casa”* (Martim, 20, Centro de Reabilitação). Por último, três jovens referiram sentirem-se mais calmos *“Agora eu ando calminho na boa, falo, tou calmo, sinto-me mais calmo”* (Hélder, 16, Casa de Acolhimento).

O impacto negativo foi mencionado por 10 jovens, sendo que alguns consideraram que o contacto [lhes] trouxe problemas/dificuldades (*“Vou-me livrar... isto das idas ao [nome de técnico da Equipa tutelar educativa] é um castigo”* - Sílvio, 16, Equipa Tutelar Educativa), como a dificuldade na procura de um emprego *“quando vais trabalhar e, e, tentas explicar a tua situação que também não podes ter problemas e, e, querer mudar, tipo, acho que já és tratado de maneira diferente já, pá, não querem saber, acham que és um bandidola”* (Marco,

24, Tribunal). Os jovens mencionaram, ainda, que o contacto [lhes] trouxe mal-estar, tanto físico como psicológico “*Andava muito agressivo, como já disse, não conseguia dormir, acordava a meio da noite a pensar que ia para um colégio*” (Francisco, 17, Tribunal), “(...) *num é nenhum orgulho ter ah, ‘tar á bei, ‘tar com os pais num tribunal*” (Manuel, 18, Tribunal) demonstrado também através da automutilação “*Olhe às vezes corto-me*” (Helena, 16, Casa de Acolhimento).

É interessante constatar que, retirando a Escola de Segunda Oportunidade da análise, o número de jovens que mencionam um impacto negativo (17 jovens) é apenas ligeiramente superior ao número que menciona um impacto positivo (15 jovens) da passagem pelas instituições. Os jovens referem um impacto negativo essencialmente relativo ao Tribunal e Casas de Acolhimento, e um impacto positivo está repartido, fundamentalmente entre o Tribunal, Casas de Acolhimento - mesmas instituições que o impacto negativo - e Equipa Tutelar Educativa. Ainda, é de notar que a maioria dos jovens que referem o impacto negativo relativo a estas instituições é quem também refere um impacto positivo, em relação às mesmas instituições. Sentir ambivalência relativamente a uma mesma instituição é algo que não é incomum e que estudos já reportaram relativamente a Casas de Acolhimento (Berridge, Biehal & Henry, 2012; Schofield et al., 2017).

Análise dos significados dos jovens por instituição

Através da apresentação das categorias acima, foi possível compreender que as instituições que mais se destacaram nos discursos dos jovens foram a Escola de Segunda Oportunidade, as Casas de Acolhimento, a Polícia, o Tribunal e a Equipa Tutelar Educativa. Os participantes referiram quer aspetos positivos, quer negativos relativamente a estas instituições, e dispomos, em seguida, os significados dados pelos jovens em relação a cada instituição em particular.

Escola de Segunda Oportunidade

A Escola de Segunda Oportunidade foi a instituição em que os jovens tiveram mais aspetos positivos a mencionar, tendo sido amplamente considerada enquanto uma importante fonte de suporte, o local onde receberam ajuda quando necessitaram e se sentiram aceites. Estes resultados estão alinhados com os de outros estudos com jovens relativamente às suas experiências em Instituições de Educação de Segunda Oportunidade (Macedo, Santos, & Araújo, 2018; McGregor & Mills, 2012; Te Riele, 2000). As suas narrativas indicam a presença de uma perceção de profissionalismo relativamente aos seus professores, nomeadamente em

relação às estratégias de ensino, notavelmente diferentes da sua experiência na escola regular. Adicionalmente, cerca de metade dos jovens consideraram que os professores se preocupam com eles, podendo conversar sempre que necessitam, tendo três jovens afirmado ter recebido conselhos por parte dos mesmos. As relações construídas neste espaço educativo foram de grande importância para os jovens, que descreveram esta escola como um contexto onde são desenvolvidas relações positivas com os professores e com os colegas. Noutros estudos em que a voz dos jovens é ouvida relativamente a esta instituição, a realidade apresentada é a mesma, onde sentimentos de pertença, entajuda e boas relações com profissionais reinam (Tarabini, Jacovkis & Montes, 2017; Te Riele, 2000). No que concerne os sentimentos associados a esta instituição, metade dos jovens referiram sentir-se bem e três referiram sentir “amor” e “carinho” pelos professores e colegas. Em concordância, a ausência de suporte e de ajuda nunca foi mencionada pelos participantes do presente estudo em relação a esta instituição. No entanto, foi referida a presença de conflitos, tendo sete jovens mencionado conflitos com colegas e relações negativas com os mesmos e apenas dois jovens afirmaram ter tido desentendimentos com os profissionais. Apesar destes conflitos, foi consensual a vivência de uma experiência positiva, sendo que nenhum jovem afirmou ter tido uma experiência negativa na Escola de Segunda Oportunidade. No que diz respeito ao impacto, não houve referências a um impacto negativo, apenas a um positivo, mencionado pela maioria dos jovens, nomeadamente consideraram existir uma mudança comportamental, mudança na forma como se veem e na forma de pensar e consideraram ter obtido objetivos e perspectivas de futuro (*“Fez [a escola] com que eu pensasse mais no futuro e quisesse e tivesse vontade de melhorar a minha vida”* - Roberta, 18). Tal pode ser explicado pelo maior tempo dos professores dedicado aos alunos, comparativamente à escola regular, bem como a preocupação e ajuda para com os mesmos (Tarabini, Jacovkis & Montes, 2017). Algumas destas mudanças também podem ser explicadas pelo facto de alguns jovens terem sido referenciados para estas escolas, constituindo-se enquanto obrigação por parte do Sistema de Justiça e, assim, haver um maior foco na mudança, ou ser mesmo objetivo destas escolas que os alunos atinjam algumas destas mudanças.

Casas de Acolhimento

Os significados dos jovens sobre as casas de acolhimento caracterizam-se por uma ambivalência, na medida em que quase metade dos jovens (3/7)⁶ reportaram ter tido uma experiência positiva e o mesmo número de jovens conotou a sua experiência como negativa

⁶ o primeiro dígito especifica o número de jovens que referiu o tema em causa e o segundo, o número total de jovens da amostra que referiram passar pela instituição a que a secção se refere.

(Schofield et al., 2017). A experiência de viver numa Casa de Acolhimento inclui a presença de suporte por parte do *staff*, mencionado por cerca de metade dos jovens, descrevendo a instituição como fonte de ajuda e como contexto onde foi possível estabelecer relações positivas com colegas e com os profissionais, indo ao encontro de outros estudos em que os participantes relataram aspetos semelhantes (Berridge, Biehal, & Henry, 2012; Madigan et al., 2013). A ausência de suporte e de ajuda apenas surgiu uma vez e dois jovens mencionaram ter tido desentendimentos com os profissionais. No entanto, quase metade dos jovens (3/7) referiram sentir saudades de casa e da família, como mencionado por alguns jovens participantes no estudo de Berridge, Biehal e Henry (2012), e apenas um afirmou sentir-se bem. Foi central nos discursos dos jovens que o contacto que tiveram com esta instituição teve um impacto negativo, trazendo-lhes problemas e mal-estar. No entanto, cerca de metade dos jovens mencionaram também um impacto positivo, o que mais uma vez remete para a ambivalência presente nos discursos acerca desta instituição, nomeadamente em relação a uma mudança comportamental e na forma de pensar. Estas mudanças alinham-se com o estudo conduzido por Schofield et al. (2017), em que os participantes afirmaram que o próprio *staff* os ajudou na mudança de comportamento e na forma de pensar, apesar de este último também ser considerado fruto da própria experiência de residir numa Casa de Acolhimento.

Polícia e agentes de autoridade

Esta instituição foi descrita pela maioria dos jovens como fonte de suporte, chegando alguns a mencioná-la enquanto fonte de ajuda (3/8), e foi associada por dois jovens a ausência de suporte, o que não se encontra alinhado com a literatura, que demonstra uma maior ausência de suporte por parte desta instituição. No entanto, muitos são os fatores que determinam a forma como estes contactos são percecionados pelos jovens (Saarikkomäki, 2015), como o modo como são abordados, a previsibilidade dos mesmos (*“a polícia estava a passar, viu-me fardado, e eu mandei parar. “O que é que se passa? “Estes senhores não me deixam tirar as coisas da minha mãe” - Sérgio, 18*), ausência de agressividade e tranquilidade (*“Já tive policias que ajudaram, eram simpáticos” - Francisco, 17*), situações que se encontram presentes nos encontros destes jovens. Neste sentido, este tipo de variáveis pode ter levado os jovens a sentirem, também, a presença de suporte por parte desta instituição. Os episódios de conflito referidos incluem desrespeito, discriminação e violência e, apesar de mencionados por menos jovens, sentimentos de raiva e de vergonha estiveram presentes nos seus discursos. Tanto o conflito percecionado como os sentimentos mencionados são aspetos também presentes no estudo de McAlister e Carr (2014). Um participante tentou dar uma explicação para os conflitos

existentes entre os jovens e a Polícia *“E alguns começam a insultar-nos verbalmente e nós não podemos admitir isso e daí alguns conflitos... entre polícia e nós...”* (Sérgio, 18). Relativamente ao impacto, esta instituição é apenas mencionada por um jovem, no que diz respeito ao impacto negativo, sem nenhum ter mencionado um impacto positivo.

Tribunal

Relativamente às experiências de contacto com o Tribunal relatadas pelos participantes deste estudo, alguns jovens (5/15) consideraram sentir suporte e ajuda por parte dos profissionais que trabalham nesta instituição, tendo três mencionado receber conselhos por parte dos mesmos e poucos foram os jovens que referiram a ausência de suporte. No entanto, apesar de escassas, foram referidas situações de conflito, nomeadamente a nível do desrespeito sentido. O contacto com esta instituição também deu lugar a sentimentos de indiferença e de injustiça face à mesma, o que sucede igualmente com alguns jovens de outros estudos relativamente às decisões tomadas por esta instituição (McGrath, 2009; Peterson-Badali, Ruck, & Koegl, 2001). O impacto do contacto com esta instituição foi essencialmente negativo, uma vez que trouxe problemas e mal-estar aos jovens, este último especialmente durante o decorrer do processo judicial, indo ao encontro da literatura em que os jovens referem sentir o mesmo (Ministry of Justice, 2011). Apesar de poucos, alguns jovens referiram um impacto positivo, tendo o contacto com o Tribunal trazido mudanças na forma como se veem e pensam e consideraram ter objetivos e perspetivas de futuro que antes não tinham. Estas dimensões, que os jovens consideram como um impacto positivo vão ao encontro de narrativas de jovens em situações semelhantes, presentes no Relatório de Pesquisa do Tribunal de Jovens da Nova Zelândia (Ministry of Justice, 2011), que mencionaram ter a oportunidade de refletir acerca do seu comportamento que os levou a contactar com o Tribunal (*“Agora vejo-me como uma pessoa diferente e uma pessoa que tem objetivos na vida. Nesse tempo atrás eu não tinha, não tinha mais objetivos”*, Xavier, 16).

Equipa Tutelar Educativa

Nas narrativas dos jovens relativamente ao contacto com as Equipas Tutelares Educativas foi evidente que estas se constituem enquanto fonte de suporte, fornecendo ajuda quando necessário. Os jovens receberam apoio através de conversas e conselhos por parte dos técnicos da Equipa Tutelar Educativa, estando também estes a par das suas vidas. O estabelecimento de relações positivas também foi referido. Ainda que relativamente a Instituições de Segunda Oportunidade, a literatura demonstra a importância que os jovens dão

à dimensão relacional com os profissionais das instituições com as quais contactam (McGregor & Mills, 2012; Tarabini, Jacovkis & Montes, 2017; Wyn, Stokes, & Tyler, 2004). Apenas um jovem mencionou a ausência de suporte, tornando-se consensual entre os participantes que esta é uma instituição onde os jovens consideram que recebem apoio por parte dos profissionais.

Metade dos jovens consideraram a Equipa Tutelar Educativa enquanto contexto de conflito, referindo atributos negativos relativos aos técnicos com que tiveram contacto. Poucos jovens referiram que o contacto com a instituição lhes trouxe problemas e mal-estar, referindo-se, essencialmente, às apresentações na Equipa (*“Vou-me livrar... isto das idas ao [nome de técnico da Equipa tutelar educativa] é um castigo”* - Sílvio, 16). Metade dos jovens referiram que o contacto teve neles um impacto positivo, sobretudo no que respeita à obtenção de objetivos e perspetivas de futuro e mudanças na forma de pensar, que se alinham com os objetivos da intervenção tutelar educativa.

Análise dos significados dos jovens em função da complexidade das suas trajetórias

Tendo em conta as instituições pelas quais os participantes referiram ter passado (Anexo 1), foi possível diferenciar jovens que apresentavam trajetórias de passagem ou contacto com uma, duas ou três instituições (10 jovens) e jovens cujas trajetórias abrangessem quatro, cinco ou seis instituições (oito jovens). A análise dos dados demonstrou que estes dois tipos de percursos identificados diferem, nomeadamente, ao nível dos significados atribuídos às suas trajetórias.

A maioria dos jovens que passaram por mais instituições (6/8) menciona ter tido uma experiência positiva nas instituições por que passou, nomeadamente, na Escola de Segunda Oportunidade, nas Casas de Acolhimento e no Psicólogo. Contudo, metade dos jovens (que também referiu uma experiência positiva), afirma ter tido uma experiência negativa e sentir-se indiferente face às instituições. A experiência negativa relatada surge, essencialmente, relativamente às Casas de Acolhimento, uma ambivalência conhecida, como referido acima. Já a indiferença diz respeito ao desprezo perante o que era dito pelos profissionais das instituições Polícia (e outros agentes de autoridade) e Tribunal, bem como ao desprendimento das medidas a serem cumpridas por obrigação deste último. É de notar que, no grupo de jovens que passaram por mais instituições, a experiência positiva está associada a instituições ligadas ao Sistema de Proteção e a experiência negativa e a indiferença associadas a instituições ligadas ao Sistema da Justiça, indo ao encontro da literatura (Madigan, et al., 2013; McAlister & Carr, 2014).

Os jovens que passaram por mais instituições perceberam um maior impacto negativo (7/8) decorrentes desses contactos do que jovens que passaram por menos instituições durante a sua vida (3/11), mencionando mal-estar e as dificuldades e problemas que esses contactos lhes trouxeram. Uma possível explicação poderá ser o facto de estes jovens terem passado por mais instituições ao longo da sua vida do que o necessário, com diferentes objetivos e intervenções (Halemba & Siegel, 2011; Halemba, Siegel, Lord, & Zawacki, 2004), que podem ter trazido diversos obstáculos ao seu percurso.

Foi consensual em ambos os grupos o impacto positivo que a passagem pelas instituições teve nas suas vidas. É de destacar, no entanto, que os jovens que contactaram com mais instituições referiram uma maior mudança comportamental (6/8) e a obtenção de mais objetivos para o futuro (idem), não tendo existido grande mudança na sua forma de pensar. A existência de uma maior mudança comportamental e obtenção de objetivos e perspectiva de futuro neste grupo poderá estar associado a um contacto prolongado com instituições, que acabam por lhes impor certos tipos de comportamentos e aos próprios discursos das mesmas, que tendem a focar no comportamento e no futuro dos jovens.

“Depois, entretanto, meteram-me no psicólogo [do Programa Integrado de Apoio à Comunidade a pedido da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens] e ele fez-me perceber as coisas que num podia ser porque senão o que é que ia ser de mim uma desgraçada? E era, porque se continuasse a fazer isso ia ser uma desgraçada como eles, como as pessoas que andam aí, só fazem asneiras. Eu pronto, comecei a entrar nessa vida também, mas depois desde que comecei a ir ao psicólogo e etc.” (Andreia, 17, Psicólogo).

Contrariamente, jovens que passaram por uma, duas ou três instituições ao longo da sua vida, não referiram qualquer tipo de indiferença face às instituições e apenas um jovem em 11 referiu ter tido uma experiência negativa. Este grupo de jovens enfatizou a sua experiência positiva nas instituições por que passou, bem como o impacto positivo que estas tiveram, essencialmente, na sua forma de pensar e na forma como se veem.

Conclusões

Este estudo teve como objetivo aceder aos significados construídos pelos jovens aquando da passagem por instituições que mencionaram ter tido contacto ao longo das suas trajetórias de vida. Estas trajetórias pertencem a jovens que passam anos em contacto com o Sistema de Proteção e depois transitam para o Sistema de Justiça, sendo alvo de inúmeras intervenções, realidade bastante frequente em Portugal (Cunha et al., 2015) e presente na amostra deste estudo.

Apesar da escassa literatura, sobretudo portuguesa, que aborde este tema, foi possível fazer a comparação dos resultados com alguns estudos realizados em contexto internacional que auxiliaram na sua compreensão. As instituições de Educação de Segunda Oportunidade foram caracterizadas pelo suporte dos professores, por um clima de aceitação e foram consideradas locais onde existia espaço para a formação de relações positivas. Os jovens consideraram também ter recebido bastante suporte por parte das Equipas Tutelares Educativas, e descreveram-nas como um contexto que lhes deu espaço para a criação de relações positivas com os profissionais, deixando um impacto essencialmente positivo. Assim, estas duas instituições revelaram-se globalmente capazes de responder às necessidades dos jovens, nomeadamente relacionais fornecendo figuras de suporte emocional e/ou prático, de apoio, de aceitação dos próprios e do seu percurso. Já a experiência da passagem por Casas de Acolhimento, por sua vez, foi descrita pelos jovens como ambivalente, constituindo-se tanto enquanto fontes de suporte como capazes de impactar de forma negativa. O contacto com a Polícia e outros agentes de autoridade revelou a presença de suporte como sendo maior do que a ausência do mesmo, contrastando com a literatura existente, apesar de terem existido conflitos entre a instituição e os jovens, bem como um impacto negativo sobre estes. O Tribunal foi a instituição em que os jovens menos referiram presença de suporte, foi considerada injusta e capaz de impactar negativamente as suas vidas. Comparando estas cinco instituições, é visível nos discursos dos jovens a importância que estes deram ao suporte por parte das instituições, bem como às relações que lá construíram, notando-se uma grande diferença, presente nas suas narrativas, entre a experiência da passagem pelas instituições de Educação de Segunda Oportunidade e pelas Equipas Tutelares Educativas e as restantes.

O presente estudo forneceu compreensão relativamente aos significados que os jovens deram à passagem pelas instituições, tendo sido possível constatar que estes significados não se encontram desprendidos das suas trajetórias e do número de instituições que estas incluíram. Jovens que passaram por mais instituições mencionaram um maior impacto negativo,

demonstrando que estas trajetórias podem ter resultados prejudiciais para o jovem. Mais ainda, um maior número de intervenções, incluindo a presença constante de instituições associadas ao Sistema de Justiça (presentes na trajetória destes jovens), fornece mudanças a nível do comportamento dos jovens, mas parece não ter impacto sobre as suas ações e reflexões acerca do seu percurso, ou evolução a nível cognitivo que permitiria sustentar a mudança comportamental futura. Tal demonstra que um maior número de intervenções com objetivos diferentes pode não ser benéfico para o jovem, uma vez que a intervenção repetida parece tender apenas a incidir sobre o ajuste comportamental, e não sobre o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que permitam consolidar a autonomia e a responsabilidade dos jovens. Este último deveria ser o foco da intervenção, sobretudo em jovens com percursos de instituições repetidas.

Jovens cujas trajetórias incluíram um maior número de instituições ainda associaram experiências negativas a instituições ligadas Sistema de Justiça e experiências positivas a instituições associadas ao Sistema de Proteção. É, deste modo, crucial, que as primeiras modifiquem a sua intervenção, dando atenção à voz dos jovens, maior importância às relações criadas no seu meio e ao suporte fornecido, dimensões centrais neste estudo, bem como na literatura existente sobre desistência do crime (Caise & Haines, 2015; McNeill, Farrall, Lightowler, & Maruna, 2012), e diminuir os conflitos que as caracterizam. Por outro lado, também as instituições ao abrigo da Lei de Proteção devem melhorar a sua intervenção, evitando que os jovens transitem para o Sistema de Justiça, evitando intervenções repetidas e impactar negativamente nas vidas dos jovens.

Especificamente, é essencial que as instituições sejam capazes de fornecer o apoio necessário aos jovens, dependendo das necessidades e trajetórias de cada um, criem relações com os mesmos, fornecedoras de suporte emocional e/ou prático, compreensivas e aceitantes. Também a comunicação entre as instituições deve ser um fator a ter em conta, facilitando a transição de uma instituição para outra, obtendo informações acerca do jovem que sirvam de suporte para uma nova intervenção. É necessário ter atenção a estes jovens, dada a sua vulnerabilidade, pelo facto de já terem sido alvo de inúmeras intervenções, tido diversas figuras de vinculação, constantemente a mudar de contexto.

Seria importante, em estudos futuros, centrar o guião especificamente nas experiências dos jovens nas instituições, de modo a obter informação mais completa. Seria interessante que a amostra fosse constituída por um igual número de jovens que passaram por instituições

associadas ao Sistema de Proteção e ao Sistema de Justiça, bem como por jovens que passaram pelos dois Sistemas e só por um.

Este estudo parece indicar que os jovens que passam por um maior número de instituições – e que deveriam beneficiar mais da intervenção – sentem mais impactos negativos do que benefícios, essencialmente da intervenção das instituições do Sistema de Justiça. Ainda que devam vir a ser aprofundados em estudos posteriores, estes resultados apontam já no sentido de estas instituições deverem repensar as suas práticas, de modo a assegurarem respostas mais adequadas às necessidades dos jovens, que lhes garantam mais suporte por parte das instituições e dos profissionais e a criação de relações positivas com os mesmos, num clima de aceitação, de modo a proporcionar experiências e impacto positivos.

Referências

- Bartol, A., & Bartol, C. (2014). *Criminal behavior: A psychological approach* (10ª ed.). Boston: Pearson.
- Berridge, D., Biehal, N., & Henry, L. (2012). *Living in children's residential homes*. Consultado em: <http://dera.ioe.ac.uk/13956/1/DFE-RR201.pdf>.
- Caise, S. & Haines, K. (2015). Children First, Offenders Second: The Centrality of Engagement in Positive Youth Justice. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 54(2), 157-175.
- Carvalho, M. J. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Consultado em: <http://makebraga.pt/wp-content/uploads/2017/03/CARVALHO-MJL-Acolhimento-2013.pdf>.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2019). *Avaliação da atividade das comissões de proteção das crianças e jovens*. Consultado em: <https://www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx>.
- Cunha, C., Soares, M., Veríssimo, L., & Matos, R. (2015). Família, Pares e Delinquência Juvenil: Análise de Diferentes Percursos de Reincidência. *Revista de Psicologia*, 24(2), 1-18.
- Cusson, M. (2011). Os Controlos Sociais. In M. Cusson (Eds.), *Criminologia* (3ª ed., pp. 195-217). Alfragide: Casa das Letras.
- Despacho nº 6954 do Gabinete do Secretário de Estado da Educação (2019). *Diário da República* – II série Nº 149.
- Doyle, J. (2007). Child protection and child outcomes: Measuring the effects of foster care. *American Economic Review*, 97(5), 1583-1610.
- Emler, N., & Reicher, S. (2005). Delinquency: cause or consequence of social exclusion. In N. Emler, S. Reicher, D. Abrams, J. Marques, & M. Hogg (Eds.), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 211-242). New York: Psychology Press.
- Farrington, D. (2010). Family influences on delinquency. In D. Springer & R. Roberts (Eds.), *Juvenile Justice and Delinquency* (pp. 203 - 222). Sudbury: Jones and Bartlett.
- Fernandes, E., & Maia, A. (2001). Grounded theory. In E. Fernandes & L. Almeida (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49-76). Braga: Centro de estudos em educação e psicologia da Universidade do Minho.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Halemba, G., & Siegel, G. (2011). *The king county (Seattle, WA) uniting for youth cross-system prevalence study*. Pittsburgh, PA: National Center for Juvenile Justice.

- Halemba, G. J., Siegel, G., Lord, R. D., & Zawacki, S. (2004). *Arizona dual jurisdiction study: Final report*. Pittsburgh, PA: National Center for Juvenile Justice.
- Jessor, R. (1991). Risk behavior in adolescence: a psychosocial framework for understanding and action. *Journal of Adolescent Health, 12*, 597-605.
- Kendrick, A. (2013). Relations, relationships and relatedness: residential child care and the family metaphor. *Child & Family Social Work, 18*(1), 77-86.
- Kerig, P. K., & Becker, S. P. (2015). Early abuse and neglect as risk factors for the development of criminal and antisocial behavior. In J. Morisot, & L. Kazemian (Eds.), *The development of delinquent and antisocial behavior* (pp. 181–199). Switzerland: Springer International Publishing. doi:10.1007/978-3-319-08720-7_12.
- Kolivoski, K., Shook, J., Kim, K., & Goodkind, S. (2017). Placement type matters: Placement experiences in relation to justice system involvement among child welfare-involved youth and young adults. *Journal of Human Behavior in the Social Environment, 27*(8), 847-864.
- Krinsky, M., & Rodriguez, J. (2005). Giving a voice to the voiceless: Enhancing youth participation in court proceedings. *Nevada Law Journal, 6*, 1302-1314.
- Lei Nº 4/2015 de 15 de janeiro de 2015. *Diário da República Nº 10* – 1ª Série-A. Assembleia da República: Lisboa.
- Lei Nº 142/2015 de 8 de setembro de 2015. *Diário da República Nº 175* – 1ª Série-A. Assembleia da República: Lisboa.
- Macedo, E., Santos, S., & Araújo, H. (2018). How can a second chance school support young adults' transition back to education?. *European Journal of Education, 53*, 452–455.
- Madigan, S., Quayle, E., Cossar, J., & Paton, K. (2013). Feeling the same or feeling different? An analysis of the experiences of young people in foster care. *Adoption & Fostering, 37*(4), 389-403.
- Malvaso, C. G., Delfabbro, P., & Day, A. (2017). Child maltreatment and criminal convictions in youth: The role of gender, ethnicity and placement experiences in an Australian population. *Children and Youth Services Review, 73*, 57–65. doi:10.1016/j.childyouth.2016.12.001.
- Matos, R., & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social, 13*(185), 1041-1054.
- Matos, R., Martins, F., Carneiro, A., Campos, L., Ribeiro, L. & Negrão, M. (2018, maio). *Young people with paths of psychosocial risk and deviant behaviour*. Consultado em: <http://www.promise.manchester.ac.uk/wp-content/uploads/2018/06/Young-people-with-paths-of-psychosocial-risk-and-deviant-behaviour.pdf>.

- Marsh, S., & Evans, W. (2009). Youth perspectives on their relationships with staff in juvenile correction settings and perceived likelihood of success on release. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 7(1), 46-67.
- McAlister, S., & Carr, N. (2014). Experiences of youth justice: Youth justice discourses and their multiple effects. *Youth Justice*, 14(3), 241-254.
- McGrath, A. (2009). Offenders' perceptions of the sentencing process: a study of deterrence and stigmatisation in the New South Wales Children's Court. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 42(1), 24-46.
- McGregor, G. & Mills, M. (2012). Alternative education sites and marginalised young people: 'I wish there were more schools like this one'. *International Journal of Inclusive Education*, 16(8), 843 –862.
- McNeill, F., Farrall, S., Lightowler, C., and Maruna, S. (2012). How and why people stop offending: discovering desistance. Other. Institute for Research and Innovation in Social Services, University of Glasgow.
- Ministry of Justice. (2011). *Youth Court Research Experiences and views of young people, their families and professionals*. Consultado em: <https://www.justice.govt.nz/assets/Documents/Publications/Youth-Court-Research-Report.pdf>.
- Norman, J. (2009). Seen and not heard: young people's perceptions of the police. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 3(4), 364-372.
- Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention (2010). *Conditions of confinement: Findings from the survey of youth in residential placement*. Consultado em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/227729.pdf>.
- Peterson-Badali, M., Ruck, M., & Koegl, C. (2001). Youth court dispositions: Perceptions of Canadian juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(5), 593-605.
- Renn, O. (1998). Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research*, 1, 49-71.
- Richie, J. & Lewis, J. (2003). *Qualitative Research Practice: a guide for social science students and researchers*. London: Sage.
- Ryan, J. P., & Testa, M. F. (2005). Child maltreatment and juvenile delinquency: Investigating the role of placement and placement instability. *Children and Youth Services Review*, 27, 227–249. doi:10.1016/j.childyouth.2004.05.007.

- Saarikkomäki, E. (2015). Perceptions of procedural justice among young people: Narratives of fair treatment in young people's stories of police and security guard interventions. *British Journal of Criminology*, 56(6), 1253-1271.
- Schofield, G., Larsson, B., & Ward, E. (2016). Risk, resilience and identity construction in the life narratives of young people leaving residential care. *Child & Family Social Work*, 22(2), 782-791.
- Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório anual de segurança interna*. Consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2018>.
- Smith, C. & Thornberry, T. (1995). The Relationship between Childhood Maltreatment and Adolescent Involvement in Delinquency. *Criminology*, 33(4), 451 – 481.
- Sprott, J. & Greene, C. (2010). Trust and confidence in the courts: does the quality of treatment young offenders receive affect their views of the courts. *Crime & Delinquency*, 56(2), 269-289.
- Stewart, A., Dennison, S. & Waterson, E. (2002). *Pathways from child maltreatment to juvenile offending*. Consultado em: <http://www.criminologyresearchcouncil.gov.au/reports/stewart.pdf>.
- Tarabini, A., Jacovkis, J. & Montes, A. (2017). Factors in educational exclusion: including the voice of the youth. *Journal of Youth Studies*, 21(6), 836-851. doi: 10.1080/13676261.2017.1420765.
- Te Riele, K. (2000, december). The Best Thing I've Ever Done: Second Chance Education for Early School Leavers. Paper presented at: AARE Annual Conference, Sydney.
- Wyn, J., Stokes, H., & Tyler, D. (2004). *Stepping Stones: TAFE and ACE Program Development for Early School Leavers*. National Centre for Vocational Education Research Ltd. PO Box 8288, Stational Arcade, Adelaide, SA 5000, Australia.

Anexos

Anexo 1- Trajetórias dos jovens pelas instituições.

Jovens que passaram por 1, 2 ou 3 instituições

	COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	CASA DE ACOLHIMENTO	POLÍCIA/ FIGURAS DE AUTORIDADE	TRIBUNAL	PSICÓLOGO	EQUIPA TUTELAR EDUCATIVA	ASSISTENTE SOCIAL	CENTRO DE REABILITAÇÃO	CENTRO EDUCATIVO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL	ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE
MIGUEL 20 ANOS				Teve contacto (não especifica razão) Teve contacto com o Ministério Público, que o ajudou a entrar na Escola de Segunda Oportunidade							Encontra-se lá no momento da recolha de dados
TELMA 19 ANOS					Foi acompanhada por vários psicólogos devido ao mal-estar causado pelo abandono do pai						Encontra-se lá no momento da recolha de dados
LOURENÇO 24 ANOS			Sente que faz parte de um grupo que é julgado e incompreendido por figuras de autoridade								Encontra-se lá no momento da recolha de dados
LUISA 15 ANOS						Teve contacto					
XAVIER 16 ANOS				Contacto por aplicação de medida Tutelar Educativa		Estava a ser acompanhado e a fazer Serviço Comunitário no momento de recolha dos dados					Encontra-se lá no momento da recolha de dados

SÍLVIO 16 ANOS			Sente que faz parte de um grupo que é discriminado pela polícia			Estava a ser acompanhado no momento de recolha dos dados				Encontra-se lá no momento da recolha de dados
SÉRGIO 18 ANOS			Teve contacto, recebeu suporte Conflito com um agente de autoridade (segurança) Sente-se parte de um grupo que é discriminado e incompreendido pela polícia			Contacto por fuga de casa Assistente ajudou-a encontrar a escola de segunda oportunidade				Encontra-se lá no momento da recolha de dados
EDGAR 21 ANOS					Teve contacto com um psicólogo			Esteve num Centro Educativo		Encontra-se lá no momento da recolha de dados
MANUEL 18 ANOS	Esteve num colégio (não especifica razão)			Teve contacto (não especifica razão)						Encontra-se lá no momento da recolha de dados
JOSÉ 19 ANOS					Foi acompanhado por vários psicólogos					Encontra-se lá no momento da recolha de dados
MARTIM 20 ANOS				Contacto por absentismo/ abandono escolar Contacto para institucionalização num Centro de Reabilitação				Esteve num Centro de Reabilitação por ordem do tribunal, devido a consumos, absentismo escolar, mau comportamento Saiu com 18 anos		Encontra-se lá no momento da recolha de dados

Jovens que passaram por 4, 5 ou 6 instituições

	COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	CASA DE ACOLHIMENTO	POLÍCIA/ FIGURAS DE AUTORIDADE	TRIBUNAL	PSICÓLOGO	EQUIPA TUTELAR EDUCATIVA	ASSISTENTE SOCIAL	CENTRO DE REABILITAÇÃO	CENTRO EDUCATIVO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL	ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE
FRANCISCO 17 ANOS	Teve contacto (não específica razão)		Foi para a esquadra Teve um episódio de conflito	Andava a ser seguido pelo tribunal Teve 4 julgamentos, 4 processos por roubos (antes e depois de ser pai) Suporte da advogada Ansiedade durante o processo	Teve consultas de psicologia	Técnica deu-lhe conselhos e suporte					
HUGO 19 ANOS	Contacto por absentismo escolar	Esteve numa Casa de Acolhimento por absentismo escolar Fugiu da Casa	Transportou-o de volta para uma instituição quando fugiu	Contacto por absentismo escolar Contacto para internamento em instituição			Identificou a possibilidade de frequentar a escola de segunda oportunidade				Encontrava-se lá no momento da recolha de dados
JÚLIA 18 ANOS		Entrou para a Casa de Acolhimento com 13 anos por ordem do Tribunal, devido aos processos que tinha		Contacto por processos de agressões, mau comportamento, faltas disciplinares Contacto por internamento numa Casa de Acolhimento e Centro de Reabilitação Ordem de terminar a escolaridade obrigatória			Teve 2 ou 3 Assistentes Foi-lhe sugerida a escola de segunda oportunidade Continua a ser acompanhada	Esteve num Centro de Reabilitação por decisão do tribunal			Encontrava-se lá no momento da recolha de dados
HELENA 16 ANOS		Esteve em duas instituições no passado, desde os 3 anos e tem uma família de acolhimento Encontra-se a viver na Casa de Acolhimento	Teve contacto (não específica razão)	Aplicação de medida Tutelar Educativa Tem família de acolhimento Proibição de contacto com a sua outra família	Estava em consultas (faziam parte da medida) no momento de recolha dos dados	Estava a ser acompanhada por um técnico pelos crimes cometidos, no momento da recolha dos dados					
MARCO 24 ANOS	Em criança, a sua mãe contactou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens devido ao seu comportamento		Teve contacto na escola regular por posse de arma branca	Julgado no tribunal de adultos por tráfico de drogas				Esteve num Centro Educativo		Pena suspensa Esteve de pulseira eletrónica	Encontrava-se lá no momento da recolha de dados

ROBERTA 18 ANOS	Contacto por fuga de casa. Perguntaram se queria ir para um lar	Estava a viver numa Casa de Acolhimento por iniciativa própria durante a recolha dos dados	Contacto (via internet) por fuga de casa							Encontrava-se lá no momento da recolha de dados
ANDREIA 17 ANOS	Foi seguida desde os 13/14 até aos 17 anos		Teve “confusões” e “muitos problemas” com a polícia. Foi ameaçada por um agente		Teve contacto no seguimento do seu comportamento					Encontrava-se lá no momento da recolha de dados Episódio de conflito com colegas
HÉLDER 16 ANOS	Teve contacto, foi internada numa Casa de Acolhimento	Encontra-se na casa pelo processo crime e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens		Contacto por processo crime (destruição de propriedade) Não pôde escolher o curso		Processo por roubos e consumo de drogas Foi acompanhado durante um ano				

Anexo 2 – Categorização

Categoria	Subcategoria 1	Subcategoria 2	Exemplos de excertos	Fontes	Referências
<p><u>Perceção global das experiências nas instituições</u></p> <p>(Perceção geral da experiência que os jovens tiveram acerca da sua passagem ou contacto com as instituições)</p>	<u>Experiência positiva</u>		“É diferente aqui, não sei. Aqui sinto como se fosse uma casa, como se fosse um aconchego que não tinha nas outras escolas” (Júlia, 18, Escola de Segunda Oportunidade)	15	33
	<u>Experiência negativa</u>		“H: Nunca aprendi a ouvir um não. Agora que estou aqui já ouvi muitas vezes. I: E como é que tá a ser essa experiência de ouvir mais não? H: Num gosto, mas tem que ser” (Hélder, 16, Casas de Acolhimento)	5	7
	<u>Indiferença face às instituições</u>		“o tribunal falava... mas eu não ligava muito” (Francisco, 17, Tribunal)	4	5
<p><u>Sentimentos associados às instituições</u></p> <p>(Sentimentos vivenciados pelo jovem relacionados ou durante o contacto com as instituições e com os profissionais que nelas trabalham, após ou em antecipação do mesmo)</p>	<u>Sentir-se bem</u>		“I: Andaste em psicólogos? T: eu não gostava muito de ir ao início, mas depois sentia-me bem” (Telma, 19, Psicólogo)	10	13
	<u>Sentimentos de amor e carinho</u>		“É família, acho que se calhar sentes até aquele mimo da professora, que não sentes numa escola normal, tás a ver, tipo, é diferente. Aquele mimo que não tens em casa, se calhar em casa tens a mãe e o pai à porrada, chegas aqui, vais levar aquele carinho que não recebeste em casa da tua mãe, tás a ver” (Marco, 24, Escola de Segunda Oportunidade)	3	3
	<u>Saudades de casa e da família</u>		“A questão, a questão de estar separada do meu irmão sempre me custou muito” (Helena, 16, Casa de Acolhimento)	3	7
	<u>Sentimentos de injustiça</u>		“eu acho que quando levei a pena, oh pá, tudo bem que foi suspensa, mas, acho que foi muito exagerado” (Marco, 24, Tribunal)	3	5
	<u>Sentimentos de raiva ou repulsa</u>		“Já tive pelo menos 2 ou 3, que eu não posso as ver nem pintadas de ouro. Infernizaram-me um bocadinho a vida” (Júlia, 18, Assistente Social)	2	2

	<u>Sentimentos de medo e ansiedade</u>		“Eu andava a tomar... Um tempo antes do julgamento eu andei mesmo mal, eu vomitava, acordava a meio da noite, porque eu estava mesmo com medo do julgamento. Dava-me para chorar assim do nada...” (Francisco, 17, Tribunal)	2	10
<u>Suporte por parte das instituições</u> (suporte dos profissionais percebido pelos jovens aquando da passagem pelas instituições)	<u>Ajuda por parte dos profissionais</u>		“Ajudou-me [advogada] muito. Estava sempre a procurar coisas boas para falar de mim. Eu tive sorte.” (Francisco, 17, Tribunal)	16	50
	<u>Relações positivas com os profissionais</u>		“acho que todos gostam de mim, não é? E eu gosto deles também. Temos uma relação bastante boa” (Andreia, 17, Escola de Segunda Oportunidade)	15	42
	<u>Relações positivas com colegas</u>		“Conheci aqui, sim. Conheci aqui. Fiz uma amizade muito grande com ele. (...) temos uma grande amizade” (Edgar, 21, Escola de Segunda Oportunidade)	13	36
	<u>Perceção de profissionalismo</u>		“Eles [professores] não te massacram com aquela matéria chata ali pum pum pum... arranjam forma de entenderes as coisas e tal... com jogos e sem ser com jogos, com o livros e com leituras e poemas e etc. É bastante bom as coisas” (Edgar, 21, Escola de Segunda Oportunidade)	14	23
	<u>Profissionais conversam com os jovens</u>		“Tive um relacionamento que também correu muito mal, trouxe-me vários problemas... O [técnico tutelar educativo] sabe...” (Xavier, 16)	10	14
	<u>Conselhos por parte dos profissionais</u>		“Principalmente a stora Elisa ela é ela é a mãe que nunca tive, ela sabe-me aconselhar” (Andreia, 17, Escola Segunda Oportunidade)	7	9
	<u>Preocupação por parte dos profissionais</u>		“Esta assistente foi sempre simpática comigo, sempre com a minha mãe. Preocupa-se também.” (Francisco, 17, Equipa Tutelar Educativa)	7	10
	<u>Compreensão por parte dos profissionais</u>		“Sim porque é assim eles são professores antes de serem professores são nossos amigos metem-se na nossa	5	8

			pele” (Andreia, 17, Escola Segunda Oportunidade)		
	<u>Aceitação por parte dos profissionais e colegas</u>		Nunca pensei ser aceitado tão fácil pelas pessoas, sem sequer ser julgado primeiro. Normalmente esta sociedade primeiro julga, depois só quando precisa é que fala. (Loureço, 24, Escola de Segunda Oportunidade)	7	21
	<u>Profissionais estão a par</u>		“Eles falam do processo e avisam o que é que pode vir acontecer ... e assim a pessoa já fica a saber se quer mudar ou não.” (Hélder, 16, Equipa Tutelar Educativa)	4	6
	<u>Atributos positivos dos profissionais</u>		“Esta assistente foi sempre simpática comigo, sempre com a minha mãe” (Francisco, 17, Equipa Tutelar Educativa)	3	4
<u>Ausência de Suporte por parte dos profissionais</u> (Perceção dos jovens de ausência de suporte por parte dos profissionais e/ou das instituições)	<u>incompreensão por parte dos profissionais</u>		“mas há policias que não sabem perceber o nosso lado, porque não estão na nossa pele” (Sérgio, 18, Polícia)	4	7
	<u>ausência de ajuda e impacto</u>		“Tive psicólogo e isso, mas num. Essas coisas acho que não ajudaram em nada” (Edgar, 21, Psicólogo).	3	5
	<u>Falta de confiança na instituição</u>		“eu não gostava muito de ir ao início, mas depois sentia-me bem. Ao início não confiava assim muito.” (Telma, 19, Psicólogo)	2	2
<u>Conflitos com as instituições</u> (Conflito entre os jovens e profissionais ou instituições)	<u>conflitos com colegas</u>		“Foi a pior coisa do mundo nunca mais vou voltar a fazer e agora andam-me a meter em problemas porque num sei como, mas toda a gente da escola soube e gente daqui criou um instagram falso a falar de mim insultar-me a mim a meter o [nome de colega] no meio percebe?” (Andreia, 17, Escola de Segunda Oportunidade)	5	9
	<u>Desentendimentos com profissionais/instituições</u>		“Tive uma vez uma discussão, mas está-se bem, está-se tranquilo” (Hugo, 19, Escola de Segunda Oportunidade)	6	8
	<u>Descrição genérica de</u>		“A: já tive metida em muitas confusões eu era cada uma porra! I: Mas quê com colegas ãh... A: Com	3	4

	<u>conflitos com profissionais</u>		colegas com polícia com tudo” (Andreia, 17, Polícia)		
	<u>Atributos negativos dos técnicos</u>		“Porque antes de ser ela eu falava com uma senhora de óculos que eu não sei o nome e ela era muito arrogante” (Hélder, 16, Equipa Tutelar Educativa)	3	3
	<u>Desrespeito por parte dos profissionais/instituições</u>		“não me falaram tanto, queriam mais, estavam, estavam mais interessados em que eu dissesse fui eu ou quem foi” (Marco, 24, Tribunal)	4	12
	<u>Discriminação por parte dos profissionais/Instituições</u>		“I: Eu sei que muitos de vocês são discriminados nas escolas, nas ruas... S: Pelas polícias” (Sérgio, 18, Polícia)	4	8
	<u>Violência por parte dos profissionais/instituições</u>		“já me bateram em plena rua e passou uma senhora, uma cota e viu que o polícia estava-me a bater” (Francisco, 17, Polícia)	3	6
<u>Impacto da passagem pelas instituições</u> (Efeitos ou consequências do contacto com as instituições, negativas como aparecimento de problemas/dificuldades ou positivas, mudanças que o jovem sente/nota em si próprio)	<u>Impacto positivo</u>	<u>Obtenção de objetivos e perspetivas de futuro</u>	“Ãh que eu agora quero acabar o 9º ano e, e a ir para um curso de auxiliar de ação educativa” (Helena, 16, Escola de Segunda Oportunidade)	10	22
		<u>Mudança na forma de pensar</u>	“eu vim para aqui e comecei a pensar as coisas de maneira diferentes, cresci mais” (Helena, 16, Casa de Acolhimento)	14	23
		<u>Mudança comportamental</u>	“Eu sinto que estou mais responsável. (...) Quando vou, já fui algumas vezes, mas agora só num saio por causa do comportamento. Sair com os mais velhos ao fim de semana, eu antes quando saia fazia asneiras pelo caminho ou começava a atirar pedras, trepava carros, partia vidros de carros, agora não” (Hélder, 16, Casa de Acolhimento)	9	22
		<u>Mudança na forma como se vê</u>	“Agora vejo-me como uma pessoa diferente” (Xavier, 16, Tribunal)	14	20
		<u>Mudanças (inespecífico)</u>	“I: hum hum... E vires aqui para o Projeto também foi uma maneira de responder aos problemas? E: Foi, foi. Digo-lhe que foi. Mudou, mudou bastante a minha vida. Mudou bastante	5	8

			mesmo” (Edgar, 21, Escola de Segunda Oportunidade)		
		<u>Aprendizagens</u>	“Consumos a num a num ir às aulas ãh maus comportamentos tanto na rua como dentro da escola, algumas queixas que eu tive, porradas essas coisas e foi um bocado por aí que me levaram a ir pa essa casa, onde aprendi muito, onde me tornou um homem aquela casa” (Martim, 20, Centro de Reabilitação)	4	7
		<u>Calmo</u>	“Agora eu ando calminho na boa, falo, tou calmo, sinto-me mais calmo” (Hélder, 16, Casa de Acolhimento)	3	3
	<u>Impacto negativo</u>	<u>Contacto trouxe problemas/dificuldades</u>	“Vou-me livrar... isto das idas ao [nome de técnico da Equipa tutelar educativa] é um castigo” (Sílvio, 16, Equipa Tutelar Educativa)	8	10
		<u>Contacto trouxe mal-estar</u>	“Andava muito agressivo, como já disse, não conseguia dormir, acordava a meio da noite a pensar que ia para um colégio” (Francisco, 17, Tribunal)	7	11

Anexo 3 – Análise dos significados dos jovens por trajetórias

Impacto da passagem por instituições								
		Impacto negativo	Contacto trouxe problemas e dificuldades	Contacto trouxe mal estar	Impacto positivo	Mudança comportamental	Mudança na forma de pensar	Obtenção de objetivos e perspetivas de futuro
Fontes	Jovens que passaram por 1, 2 ou 3 instituições	3	2	2	11	4	10	4
	Jovens que passaram por 4, 5 ou 6 instituições	7	6	5	8	6	4	6

Perceção global das experiências nas instituições					
		Perceção global das experiências nas instituições	Experiência positiva	Experiência negativa	Indiferença face às instituições
Fontes	Jovens que passaram por 1, 2 ou 3 instituições	10	9	1	0
	Jovens que passaram por 4, 5 ou 6 instituições	7	6	4	4